

6. Considerações finais

Durante o mestrado, li dezenas de textos sobre travestis. Alguns me chocaram, pela violência relatada; outros, surpreenderam-me positivamente, já que ficou clara a coragem das travestis em persistirem, apesar de tudo (e, às vezes, de todos!).

Aos poucos, fui entrando em seu mundo. Entendi o que sofrem e várias vezes me emocionei com os relatos colhidos pelos autores, como Denizart (1997) e Larissa Pelúcio (2008). De todos os relatos, um dos que mais me impressionou foi o da travesti Velma (Silva, 1993). Mais idosa do que as suas colegas de ‘batalha’, mesmo sem conquistar clientes para programas, continuava na ‘pista’, pelo menos durante uma ou duas horas, noite após noite.

Tentei imaginar o que passaria em sua mente; que expectativas teria em sua vida, já que não possuía mais os atrativos de outrora?

Pensei na tristeza, na decepção que ela devia sentir. O relato realmente ficou em minha mente; durante os contatos com as travestis, na pesquisa de campo, aquela ‘velha senhora’ às vezes aparecia em minha memória. O que será que ela esperava ainda da vida? E o que será que a mantinha ligada à vida?

Se a ‘pista’, como foi constatado (Denizart, 1997), era o local de socialização por excelência, o que seria dela se não tivesse mais lugar nas ruas? A que ‘fio’ de esperança ela poderia se agarrar?

O trecho escrito por Silva (1993) me remeteu a uma questão, que se tornou importante no decorrer da pesquisa: o que poderia dar um significado a vida delas, além do campo do sexo, da modelagem do corpo, da prostituição? Seria a fé que as faria continuar vivendo apesar de tudo? E porque lhes seria vedado outros espaços, que não estes citados? Não poderia ser o espaço religioso uma alternativa para, por exemplo, quando elas ficassem mais velhas?

Estes questionamentos estiveram presentes em minha pesquisa: Por que as travestis não poderiam desfrutar de espaços religiosos para buscarem um aumento

na auto-estima e um empoderamento? Não alcançariam algum tipo de inclusão social através desses espaços?

Passei a estudar mais profundamente sobre o tema, passando a tornar-se este o objeto de pesquisa de minha dissertação: Poderia a religião ser um fator facilitador da inclusão social delas? E porque não havia estudos neste sentido?

No decorrer da pesquisa, percebi como era relevante para elas; como estava presente, em sua estrutura subjetiva, o conceito de Deus (mesmo que não necessariamente atrelado à questão de pertencimento a grupos religiosos).

Ao final da pesquisa, uma constatação: de que a religião é almejada pelas travestis, podendo ser um fator importante no empoderamento delas. Pode permitir uma maneira mais saudável delas se relacionarem; a partir do auto-respeito adquirido através de um sentimento de pertença, podem aumentar sua auto-estima. E assim desconstruir a violência simbólica que permeia suas vidas.

Sim, há ‘muros’ impostos às travestis, pela sociedade, expressos pelas três formas de desrespeito (Honneth, 2003): maus-tratos/violação, privação de direitos/exclusão e privação de honra/dignidade. No entanto, enquanto os ‘muros’ internos (que fazem com que as próprias travestis se excluam e não legitimem positivamente sua condição sexual) não forem destruídos, as travestis não terão a força necessária, para desconstruir preconceitos e mudar sua situação. A religião (que positive sua condição no mundo) é um dos caminhos possíveis para isso.

Ainda há muito preconceito em relação aos homossexuais; embora cada vez mais ‘tolerados’, enquanto se enquadrarem nas normas sociais vigentes, não são totalmente aceitos.

Que dirá, então, as travestis, que tem mais dificuldade ainda em algum enquadramento possível em uma sociedade patriarcal e regida pela heteronormatividade.

Vítimas de preconceitos em todos os órgãos sociais (Peres, 2005), terminam vítimas de uma exclusão social, o que as leva a formarem grupos de solidariedade mecânica com seus similares e com alguns simpatizantes.

Pela exclusão vivida desde a descoberta da sua homossexualidade, sua auto-estima é baixa. Passam a ver a violência perpetrada como sendo ‘natural’, já que muitas vezes sua condição homo/ travesti seria errada ou fruto de algum pecado. Embora algumas travestis não aceitem isto, este sentimento perpassa suas falas, em vários momentos. Portanto, há a necessidade de se trabalhar a auto-estima das travestis, no sentido de que entendam a violência simbólica que sofrem para que se possa desfazê-la, ou no mínimo repensá-la. No entanto, há poucos espaços em que podem se socializar. Mas há demanda, em suas falas, por outros.

O espaço religioso é um dos possíveis ‘novos’ territórios para elas. A partir de experiências vividas nestes, podem aumentar seu campo territorial. É uma luta política, talvez impensável décadas atrás; mas possível, se houver a humanização das travestis.

No entanto, o preconceito ainda está enraizado mesmo nas religiões mais ‘abertas’ ao ‘diferente’ (pelo menos, na maioria das vezes). Como constatado, a aceitação plena de duas, entre quarenta entrevistadas, é um número pequeno; não parece relevante estatisticamente. Mas é um dado da pesquisa; portanto, corrobora a hipótese de que é possível uma inclusão pelo viés religioso.

Alguns movimentos religiosos, principalmente os cristãos, embora de forma marginal (como do Padre Trasferetti, em São Paulo, e do Padre Luís Corrêa Lima, no Rio de Janeiro), estão propondo um questionamento sobre a condição negativa dos sujeitos LGBT. Embora no Rio não tenha sido encontrada nenhuma travesti freqüentadora de igrejas cristãs católicas, foram constatados casos de aceitação das travestis, em São Paulo⁶³. Pode ser que em futuro próximo, haja mudanças mais significativas, impulsionadas pela ação do governo brasileiro. Mas há espaço para mudança em nossa cultura, nossa sociedade?

Segundo o antropólogo Clifford Geertz (1989), a cultura não se cristaliza; está sempre em progresso (movimento), mudando, captando novos conceitos e

⁶³ Segundo o professor Luis Corrêa Lima, durante supervisão realizada em 2008, na PUC-Rio.

idéias. Assim, não é algo ‘dado’ e acabado; pode absorver, portanto, mudanças em relação a novos sujeitos.

A travesti é um desses novos sujeitos (historicamente falando); seu surgimento (hormonizada e com silicone) se deu na segunda metade do século XX. Apesar de enfrentar todo tipo de discriminação, não sendo aceita por nossa sociedade, pode vir a sê-lo. A cultura, sendo dinâmica, não estática, possibilita sua incorporação como membro, como merecedora de ser cidadã. Afinal, embora relegada a espaços de abjeção, elas existem; ocupam um espaço marginal e temporalmente delimitado, mas persistem. Não é porque sujeitos (como os empreendedores morais) não aceitam a presença *queer*, que esta deixará de existir; as travestis são exemplos da luta pela possibilidade da singularidade humana.

A despatologização da homossexualidade foi um grande passo para a desmistificação da condição ‘doente’ e negativa dos sujeitos LGBT; o mesmo se dará, provavelmente em breve, com a travestilidade, que ainda consta como doença nos anais psiquiátricos, como o CID-10 (1993).

Há uma necessidade de reconhecimento social pelas travestis; já que não há um reconhecimento positivo pela sociedade em geral, há uma necessidade de pelo menos no grupo *trans*. Honneth (2003) escreveu sobre as três esferas de reconhecimento: do amor, do direito e da solidariedade. Já que as duas primeiras são geralmente vedadas as travestis, procuram a terceira.

Durante um culto em outubro de 2008, o Pastor Retamero falou sobre o coral de sua Igreja, composto exclusivamente por gays e lésbicas; sobre a possibilidade de serem cantores, de louvarem a Deus pela música, fato que não era possível em igrejas cristãs tradicionais.

Além disso, os participantes poderiam tornar-se membros oficiais da igreja e ocupar funções administrativas, como por exemplo, tesoureiros e conselheiros administrativos. Isto possibilita uma aceitação e um aumento de auto-estima em um local antes vedado ao público LGBT, isto é, a organização religiosa, o que poderia possibilitar que a esta população adquirisse, a partir desta posituação de

sua identidade, uma mudança de perspectiva e comportamento também em outros segmentos da sociedade (no âmbito não-religioso).

Enquanto gays e lésbicas podem ser aceitos em alguns espaços religiosos (no candomblé, há gays pais-de-santo, por exemplo), os indivíduos *queer* tem uma dificuldade maior de aceitação.

Gays e lésbicas, ao se portarem segundo as regras heteronormativas (vestindo-se de acordo com seu o seu ‘gênero’ corporal) não causam o mesmo ‘impacto’ que os sujeitos *trans*; aqueles (as) não questionam e rompem com o modelo binário de sexualidade como as travestis.

No entanto, por serem discriminadas por outras instituições sociais, as travestis procuram qualquer espaço religioso que as acolha; mesmo que, para serem aceitas, precisem se submeter aos postulados religiosos que pregam que sua identidade é negativa. Assim fazendo, elas podem desfrutar de um sentimento de pertença a algum grupo além daquele travesti. No entanto, pela não aceitação plena nas religiões afro, também terminam por não freqüentar os terreiros (algumas, embora freqüentem, não o fazem com regularidade). Embora o discurso dos líderes dessas religiões seja o de uma aceitação e inclusão, não é o que efetivamente acontece. Para fazerem parte da religião, as travestis têm que abdicar de sua identidade, já que precisam vestir-se de forma masculina, o que contraria seu desejo de ser feminina. Além disso, a maioria dos (as) entrevistados (as) leigos (as) também as percebem como sendo ‘não-naturais’, isto é, em desacordo com seu sexo de nascença; assim, por terem nascido homens, as travestis (segundo aqueles) têm que continuar agindo, se vestindo, se portando de maneira masculina, que é aquela que lhes foi ‘dada’ pela ‘natureza’.

Em relação às espíritas, parece ocorrer algo semelhante. A religião espírita lhes possibilita algum entendimento de sua condição trans, o que, de certo modo, lhes possibilita alguma explicação e um modo de viver de forma mais centrada.

No entanto, também não há uma regularidade na freqüência. Os centros não são percebidos como locais de pertença; a comunidade espírita não é vista como acolhedora. Há um isolamento, uma não inclusão no grupo social. Talvez por sua

identidade considerada negativa, fruto de uma condição de ‘erros’ passados, de origem sexual. Portanto, há uma aceitação; antes, é um tipo de acolhimento que pretende um arrependimento e uma mudança para o que seria o seu ‘sexo real’ (biológico), dado pela natureza.

Já na religião budista, como há uma maior aceitação, elas fazem mesmo parte do grupo social. Participam de reuniões (sociais ou religiosas) nas casas de outros membros e não apenas nos templos. Sentem-se aceitas; são responsáveis por afazeres administrativos (como atas de encontros, por exemplo), o que lhes permite um sentimento de pertença que possibilite um empoderamento, que se estende para outros aspectos de sua vida, como em relacionamentos com as pessoas que moram perto de sua casa.

As travestis entrevistadas são muito discriminadas em todas as instituições; escolas, por exemplo. Portanto, qualquer instituição que lhes dê um mínimo de acolhimento, que lhes possibilite um mínimo de pertença, é aceito por elas. Assim, as religiões escolhidas são muito mais porque lhes propiciaram alguma pertença do que pela ideologia por trás de suas tradições.

Isto ficou claro para mim quando as travestis relatavam sobre serem do candomblé ou da umbanda; em momento nenhum, souberam explicar as diferenças conceituais entre as duas. Foram para estas religiões geralmente por proximidade de sua casa e pelo fato de alguma conhecida (também travesti), já ser freqüentadora, ter lhe chamado. Mas não por razões de crenças verdadeiras nas religiões. Tanto assim parece, que elas nem freqüentam os terreiros. Primeiro, porque não tem tanta identificação com as ideologias religiosas apresentadas; e, concomitante a este fato, também não são aceitas, de forma completa.

Sua inclusão, em religiões de origem afro, realmente é parcial; eu diria que ocorre uma inclusão perversa, já que está permeada de restrições para sua aceitação. Além do fato da vestimenta, por exemplo, lhes é vedada a participação nas atividades cerimoniais dos terreiros. São apenas espectadoras. O que, de qualquer maneira, lhes parece melhor do que nas cristãs, em geral; nestas, nem mesmo podem aparecer, sem ser motivo de murmúrios dos outros leigos. Para

entrarem nestas, tem que ficar quase que escondidas e saírem antes do término da missa/ culto. Portanto, não há nem uma inclusão perversa; a exclusão é total.

Para fazer um paralelo, há gays e lésbicas aceitos em algumas comunidades católicas, desde que sejam discretos; não dêem as mãos aos seus pares e comportem-se segundo a heteronormatividade reinante. Além disso, são disciplinados (ou aconselhados) pelos líderes religiosos para, caso não consigam manter a castidade, ao menos terem um parceiro fixo (em relação monogâmica). Agindo deste modo, podem, em alguns casos, serem aceitos em algumas igrejas. Há um caso, relatado por um padre entrevistado, sobre certa igreja na zona sul que teria uma missa especial em que os homossexuais poderiam participar, embora eles tivessem que sentar-se nos bancos da parte dos fundos da igreja. Portanto, parece haver uma aceitação com estes grupos; com as travestis, nem isto ocorre.

Na religião espírita, a inclusão também é parcial (ou perversa); são apenas expectadoras, que ali estão para ‘aprender’ sobre seus ‘erros’ passados, a fim de mudá-los e não repeti-los. Mas são vistas como fruto de faltas passadas e não participam também de atividades cerimoniais, nem mesmo de atividades administrativas. São pessoas que precisam de ‘ajuda’; não parecem ter muito a oferecer para a comunidade, a não ser exemplo da suposta confirmação da lei do *karma* (reencarnação).

É interessante notar que as religiões têm alguns pontos doutrinários que pregam a não aceitação da travesti. No entanto, como já visto no cap. 3, são pontos que estão abertos á interpretação. Quando outra interpretação se torna possível, mostrando uma lógica e harmonia com o resto da tradição religiosa, os líderes e leigos buscam em outras fontes materiais para a não-aceitação das travestis. E a fonte principal é a chamada lei natural.

Em todas as religiões que, de alguma forma, excluem as travestis, a retomada do discurso de que o homem nasceu homem e não pode mudar de sexo, isto é, mudar o que lhe foi dado pela natureza, prevalece como último bastião para defender seus pontos de vista. Assim, é ‘anti-natural’ mudar a essência da pessoa; é um ‘desvio’ a não-aceitação daquele corpo ‘dado’ pela natureza; este tem que permanecer sempre imutável. Enquanto este conceito não for debatido, mesmo

que se mudem alguns conceitos na crença religiosa, a exclusão continuará para as travestis.

A budista foi a única em que efetivamente a hipótese desta pesquisa foi se confirmar. As travestis participam como espectadoras, mas também podem vir a ter funções tanto administrativas (tesoureiras, por exemplo) como cerimoniais. Participam ativamente nas orações budistas, podendo ser organizadoras destas e de outras atividades, como festas, encontros e viagens. Também podem montar núcleos budistas em outras regiões que ainda não possuem, como no caso da travesti responsável pela criação de um espaço budista para crianças na Rocinha.

A partir desta pertença ao grupo, em relação às budistas foi constatado um empoderamento que adentrou outras áreas de sua vida, como na de trabalho, já que uma delas é governanta em uma mansão da zona oeste. Além disso, presenciei uma reunião delas, aonde não se percebeu em nenhum momento qualquer discriminação por parte das outras líderes budistas reunidas. A sua fala, durante a reunião, em relação às outras budistas, se dava de ‘igual para igual’, o que não aconteceu em outros espaços religiosos visitados. As budistas podem mesmo chegar a ser *Budas*, isto é, seres iluminados, que seria a posição maior dentro do quadro de sua religião.

Portanto, o aumento da auto-estima, com o conseqüente empoderamento, pode ser alcançado pelo viés religioso. Nos espaços religiosos, pode-se entender como parte de um grupo além do seu, que é discriminado. Com isto, pode-se expandir este sentimento de pertença para outros setores de sua vida. A religião pode atuar como um sistema simbólico de integração social do indivíduo a sociedade, resgatando a identidade e formando solidariedade comunitária.

Quanto mais entendimentos de quem são, desconstruindo o estereótipo negativo (que atravessa sua identidade), haverá um processo mais amplo de humanização delas. Com isto, quem sabe, uma diminuição do medo de que o ‘estranho’, o ‘diferente’ destrua o *status quo*. Quanto mais estudos e pesquisas sobre a homossexualidade e travestilidade forem realizados, e mais apoio do Poder Público for sendo exercido, maior será a desmistificação da travesti; para que se torne possível a defesa da singularidade proposta por Hannah Arendt, que

entende todos os indivíduos, únicos, irrepitíveis, como seres humanos passíveis de respeito e de cidadania.